



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

Eixo 4 – Bibliotecas para Todos

PESSOAS SURDOCEGAS EM BIBLIOTECAS: discussões iniciais

Marcos Pastana Santos

Doutorando em Humanidades,
Culturas e Artes da Universidade do
Grande Rio. Coordenador da
Biblioteca do Instituto Federal do
Rio de Janeiro, campus Paracambi
E-mail: marcos.pastana@ifrj.edu.br

Cládice Nóbile Diniz

Docente e Pesquisadora no
Programa de Pós-graduação em
Biblioteconomia e no Departamento
de Engenharia de Produção da
Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro.
E-mail: cladice.diniz@unirio.br

Rosemeire de Araujo Rangni

Docente da Universidade Federal de
São Carlos na Licenciatura em
Educação Especial e no Programa de
Pós-graduação em Educação
Especial.
E-mail: rose.rangni@uol.com.br

RESUMO

Trata-se acerca da acessibilidade informacional dos usuários com surdocegueira em biblioteca. A surdocegueira é uma condição singular em que o indivíduo que a tem é acometido por cegueira e surdez. O objetivo central foi o de elaborar um corpo coerente de diretrizes e recomendações da literatura especializada sobre o atendimento em biblioteca do usuário surdocego, a fim de servir de orientação primeira aos funcionários, estimulando-os a se capacitarem para o desenvolvimento de ações inclusivas. A metodologia foi exploratória e realizada por meio de levantamento bibliográfico. Como resultado levantou-se que a *American Library Association* orienta aos profissionais que atuam na biblioteca a seguirem uma série de recomendações para atender as pessoas com deficiências e que as atividades em bibliotecas devem atuar em ações comunicativas para o recebimento de pessoas com surdocegueira. Conclui-se, também, que é necessário haver ações gerais de transformação do ambiente da biblioteca com recursos adequados. Desse modo, requer capacitar adequadamente os profissionais da biblioteca e antecipar as ações transformadoras.

Palavras-chave: Surdocegueira. Surdocego. Biblioteca. Acessibilidade.

DEAFBLIND PEOPLE AT LIBRARIES: initial discussions

ABSTRACT

It is about the information accessibility of users with deafblindness in the library. The deafblindness is a singular condition in which the individual who has it is affected by blindness and deafness. The central objective was to elaborate a coherent body of guidelines and recommendations from the specialized literature on library service of the deafblind user, in order to serve as a first orientation to the employees, encouraging them to be empowered to develop inclusive



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

actions. The methodology was exploratory and carried out by means of a bibliographical survey. As a result, it was pointed out that the American Library Association advises library professionals to follow a series of recommendations to assist people with disabilities and that library activities should act in communicative actions to receive people with deafblindness. It is also concluded that there is a need for general actions to transform the library environment with adequate resources. In this way, it requires the adequate training of library professionals and the anticipation of transformative actions.

Keywords: Deafblindness. Deafblind. Library. Accessibility.

1 INTRODUÇÃO

São poucas as pessoas que sem ter uma pessoa surdocega em seu círculo familiar ou de amigos tenham se dado conta da problemática dessa condição para esses indivíduos na sociedade. A pessoa surdocega, como está exposto em sua denominação, é a que está acometida por cegueira e surdez. Essa condição singular, pelo senso comum, aparenta ser muito mais difícil em termos de comunicação interpessoal do que a de pessoas somente cegas ou somente surdas, uma vez que o seu referencial passa a ser o cutâneo, o de movimentos cinestésico, o gustativo e o olfativo, sentidos que não são usualmente bem desenvolvidos nos indivíduos que veem ou são ouvintes quanto o são as suas visões e audições.

Na perspectiva do funcionário de biblioteca que ainda não atendeu a um surdocego, pode ocorrer de não se sentir preparado para atender a esse usuário, preocupação essa que pode ser superada com capacitação no tema, facilitando a proposição de ações inclusivas e, prol da sua acessibilidade informacional.

Muitos surdocegos podem estar com a acessibilidade comprometida, em diversos ambientes, mesmo com as prerrogativas legais que evidenciam seus direitos à inclusão. Considerando as bibliotecas, essa problemática leva a questionar sobre seus acessos informacionais estarem sendo supridos de forma adequada e se há diretrizes e recomendações que os funcionários de bibliotecas possam valer-se para o atendimento ao usuário surdocego em suas necessidades informacionais.



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

Com o objetivo de elaborar um corpo coerente de diretrizes e recomendações da literatura especializada sobre o atendimento em biblioteca do usuário surdocego, a fim de servir de orientação primeira aos funcionários e estimulando-os a se capacitarem para o desenvolvimento de ações inclusivas, ensejou-se a investigação que se relata.

2 METODOLOGIA

O objeto da pesquisa foi o atendimento em biblioteca brasileira ao usuário com surdocegueira. A metodologia foi exploratória, apoiando-se em pesquisa bibliográfica. O universo da pesquisa foram as publicações que tratam do tema, da qual uma amostra foi selecionada para pesquisa. Os dados foram tratados por método quali-quantitativo.

Na pesquisa bibliográfica aprende-se, por Cambruzzi e Costa (2016, p. 15), que o termo surdocegueira passa a ser considerado e utilizado somente em 2001, quando é utilizado pela primeira vez no documento “Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica” (BRASIL, 2001). Neste documento, encontra-se: “[...]Face às necessidades específicas de comunicação de surdos e de surdocegos, seria mais conveniente que a educação lhes fosse ministrada em escolas especiais ou em classes ou unidades especiais nas escolas comuns” (BRASIL, 2001, p. 15, grifo nosso).

Os autores citados (2016) explicam que a categoria surdocegueira é lançada entre as deficiências oficialmente em 2006, em um documento publicado pela Secretaria de Educação Especial do então Ministério da Educação e Cultura (SEesp/MEC) sobre as estratégias e orientações pedagógicas em surdocegueira na educação infantil. (BRASIL, 2006).

Levantou-se essa publicação trata-se do livro “Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações”. (BRASIL, 2002).

Com o intuito de conhecer a quantidade de produções desenvolvidas no Brasil sobre um conceito tão recente, foram realizadas buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para tanto, as palavras chave buscadas foram: surdocegueira; surdocego(a) (s); biblioteca. A seleção dos trabalhos se deu por meio dos



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

títulos, os quais continham as palavras chave buscadas. Os resultados estão dispostos na Tabela 1.

Tabela 1. Quantidade de Produções – BDTD

Palavras chave	Anos da Produção	Tipo da Produção	Quantidade
Surdocegueira	2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017	Dissertações – 15 Teses - 05	20
Surdocego (a) (s)	2003, 2006, 2007, 2008, 2010, 2017	Dissertações – 04 Teses - 05	09
Surdocegueira Surdocego (a) (s) Biblioteca	—	—	0

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se perceber que a primeira produção ocorreu de acordo com o banco de dados buscado, no ano de 2003, sendo que somente em 2006 verificou-se outra produção. A partir de 2008, foi possível notar um crescente número de pesquisas sobre o tema, sendo cinco teses e quinze dissertações. No ano de 2017 foram produzidas quatro dissertações, com a palavra chave "surdocegueira".

Quanto ao período, de que se tratam as pesquisas encontradas, vale lembrar que não foi especificado. Entretanto, os resultados apreendidos mostraram que no período de quatorze anos poucos estudos foram desenvolvidos no Brasil, sendo em média de 2,3 ao ano. Esse mesmo cenário foi constatado por Santos e Evaristo (2015), que afirmam haver poucos registros versando sobre esse tema.

É importante destacar que as buscas com as palavras chave "surdocegueira e/ou surdocego (a) e Biblioteca", não resultou em achados no referido banco de dados, o que justifica a realização deste estudo. Nesse sentido, pretende-se iniciar, neste artigo, uma breve discussão em razão da escassez de abordagem da temática e apresentar a importância de ações voltadas para o adequado atendimento das demandas informacionais dos usuários surdocegos.



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

3 SURDOCEGUEIRA E O DIREITO À ACESSIBILIDADE

Pessoas surdocegas não são pessoas surdas que não podem ver e nem um cego que não pode ouvir, pois, não se trata de simples somatória de surdez e cegueira, nem é só um problema de comunicação e percepção, ainda que englobe todos esses fatores e alguns mais, de acordo com (MCINNES; TREFFY¹ 1991 *apud* BRASIL, 2006). O mesmo documento cita que quando a visão e audição estão gravemente comprometidas, os problemas relacionados à aprendizagem dos comportamentos socialmente aceitos e a adaptação ao meio se multiplicam, especialmente o acesso à linguagem representada, ou seja, a faculdade de simbolizar (BRASIL, 2006; CAMBRUZZI; COSTA, 2016).

Verifica-se que à totalidade da população brasileira, a parcela surdocega corresponde a uma ocorrência ínfima, sendo 1.250 casos, segundo Carletto (s/d), que alerta sobre esse quantitativo de ser um resultado muito baixo por estar ocorrendo subnotificação dos casos devido a esses indivíduos serem ocultados pelo manto da invisibilidade por preconceito dos familiares. Há registros históricos indicando que pessoas com deficiência foram vítimas de discriminações e preconceitos, levando-as à exclusão e, muitas vezes, por um processo de higienização social, elas eram dizimadas, conforme relatam entre muitos outros autores Jannuzzi (2004) e Mendes(2010).

Assim, entende-se porque é aos direitos humanos e não às características das pessoas que a igualdade diz respeito, para Carvalho (2004, p.17), pessoas essas que devem ser consideradas “enquanto seres que sentem, pensam e apresentam necessidades valorizadas e que, por direito de cidadania, devem ser compreendidas, valorizadas e atendidas segundo suas exigências biopsicossociais individuais”.

Quanto à acessibilidade, há um arcabouço legal que garante direitos à pessoa com deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2013, em seu artigo 2º define pessoa com deficiência como sendo:

[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas

¹ MCINNES; TREFFY, J. A. **Deaf-blind infants and children: a developmental guide**. São Paulo: AHIMSA, 1991.



barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2013, p. 2).

Afirma ainda o citado documento no Artigo 6º, inciso I, no que diz respeito à acessibilidade das pessoas com deficiência que:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes, da informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Seguindo os parâmetros da inclusão, foi aprovada recentemente, a Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que no tocante à acessibilidade orienta, no Artigo 3º, inciso IV que são consideradas barreiras para inclusão dessas pessoas qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. (BRASIL, 2015).

Nesse ponto de vista, as pessoas com surdocegueira, devem ter a garantia da possibilidade de acesso a qualquer ambiente que lhe seja pertinente, e que os apoios necessários devem ser garantidos a elas para esse fim. Porém, como fazer?

A variedade de situações da surdocegueira sinaliza que essa condição não ocorre apenas congenitamente, mas que foram adquiridas precocemente, havendo aqueles que eram cegos e se tornaram surdos, ou que eram surdos e se tornaram cegos e podem possuir a linguagem. Essa precocidade não lhes permitiram o desenvolvimento da linguagem como nos videntes e ouvintes. No entanto, algumas habilidades comunicativas/cognitivas lhes foram facultadas, de forma a que lhes foi possível



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

constituir bases conceituais das suas compreensões de mundo. (MCINNES², 1999 *apud* BOSCO; MESQUITA; MAIA, 2010).

Sendo assim, é recomendável que pessoas com surdocegueira, desde cedo, venham a ser estimuladas a desenvolver um estilo de aprendizagem próprio para compensar suas dificuldades visuais e auditivas e possam facilitar o acesso à informação na ausência dos sentidos sensoriais estabelecer e manter relações interpessoais em seus sentidos remanescentes, que são: o cutâneo, o cinestésico, o gustativo e o olfativo. (BRASIL, 2006).

4 ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL NA BIBLIOTECA

A perda da visão e da audição é tão relevante, que as atividades educacionais para as pessoas surdocegas não podem ser realizadas em programas de Educação Especial direcionados exclusivamente para pessoas com deficiência auditiva e pessoas com deficiência visual. A surdocegueira não é considerada deficiência múltipla, é singular. O Grupo Brasil, uma rede de profissionais da área de reabilitação, define a surdocegueira destacando que o indivíduo sob essa condição desenvolve diferentes formas de comunicação.

[...] uma deficiência singular que apresenta perdas auditivas e visuais concomitantemente em diferentes graus, levando a pessoa surdocega a desenvolver diferentes formas de comunicação para entender e interagir com as pessoas e o meio ambiente, proporcionando-lhes o acesso a informações, uma vida social com qualidade, orientação, mobilidade, educação e trabalho. (GRUPO BRASIL, 2003, s/p).

Nesta perspectiva, para as pessoas que possuem o comprometimento profundo da audição e cegueira total, a compreensão de mundo é limitadora (COSTA; RANGNI, 2015). De acordo com Miles (2005), o processo de leitura e escrita é fundamental para pessoa surdocega. Esse mesmo autor (2005) considera uma série de adaptações para trabalhar a leitura e a escrita, tais como:

² McINNES, J. M. **Deaf-blind infants and children: A development guide**. Toronto, Ontario, Canada: University of Toronto Press, 1999.



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

- a) Aquisição ou transformação de conhecimento ou informação;
- b) Organização e suporte de memória;
- c) Entrar ou criar um mundo de fantasia;
- d) Auto expressão: Jornais; diários; poesia; editoriais;
- e) Entretenimento: novelas; poesia; livros em quadrinhos; Solução de problemas ou levantamento de problemas: palavras cruzadas; problemas de matemática;
- f) Negociações financeiras: dinheiro; contas; verificações; contratos; testamentos; etiquetas de preço; recibos; extratos bancários;
- g) Criação e manutenção de relacionamentos: letras; notas; cumprimentando cartões; correio eletrônico;
- h) Salas de *chat* do computador; telefones TTY;
- i) Lidar com emoções: jornais; diários; notas; cartas; colunas de conselhos; histórias;
- j) Mapas; gráficos por computador;
- k) Instruções de teste;
- l) Regras do jogo;
- m) Fazendo ou compreendendo uma declaração: sinais; cartazes sobre eventos;
- n) Filme;
- o) Informações adicionais; casamento ou festa; convites; brochuras sobre eventos;
- p) Persuadir as pessoas a fazer ou comprar coisas: anúncios de revistas e revistas; quadros de contas; anúncios de televisão; logos de produtos; anúncios políticos; classificados; catálogos de produtos; banners;
- q) Identificando coisas ou lugares: sinais de rua; etiquetas em caixas, latas, pacotes; rótulos em nas fotos; títulos em livros; nomes pessoais; itens, como roupas, cartões de crédito, biblioteca;
- r) Dando ou recebendo inspiração: citações; sermões; livros de autoajuda; ímãs de geladeira com mensagens.

No que diz respeito à biblioteca, esta é definida por Larrousse (1999) com sendo edifício ou aposento onde se guardam livros; coleção de livros classificados em determinada ordem; ou, ainda, móvel para guardar livros. Indica, também, que pode



haver biblioteca ambulante, itinerante, instalada em um veículo móvel. Nestes termos, Santos, Diniz e Sá (2014) assinalam que na civilização ocidental, as bibliotecas vêm sendo centros de agregação de saberes de muitos durante muito tempo.

Em escala menos dramática, considerando-se o que se tem que saber para resolver as contínuas questões que surgem no viver, as bibliotecas têm servido para instrumentar as pessoas a se saírem melhor na vida, por meio de uma concentração de informações organizadas de forma a serem úteis a seus usuários. Pode se dizer que, de certa forma, a biblioteca “empodera” seus usuários. Esse aspecto levanta a importância dela ser de todos, “pública” (SANTOS; DINIZ; SÁ, 2014, p. 2).

Nesse caminho, também há as diretrizes da *American Library Association* (ALA), recomendando mudanças no espaço da biblioteca para pessoas com deficiência:

A biblioteca pode ser um lugar acolhedor para pessoas com deficiências. Um ambiente benéfico da biblioteca incluirá tecnologias que proporcionam acesso à comunicação e informação, com materiais que podem ser acessados facilmente por essas tecnologias, quando necessário. Mesmo algo tão simples quanto o recurso de ampliação de texto da Microsoft ou uma caneta larga e facilmente agarrada pode ser assistiva. O mais importante para incentivar as visitas das pessoas com deficiência, usuários da biblioteca, é criando uma experiência acolhedora e positiva através de interações pessoais amigáveis. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2017, p.1-2) (tradução nossa).

A ALA orienta os profissionais que atuam em bibliotecas quanto a uma série de recomendações para tratar com as pessoas com deficiências, indicando que os profissionais falem com linguagem, voz e tons normais e se ofereça para apertar as mãos dos usuários com deficiência, enquanto os acomodam, identificando-se e usando o nome do usuário quando apropriado. (AMERICAN ..., 2017, livre tradução).

O documento orientador acima citado (2017) propõe que ofereça assistência, perguntando como o usuário gostaria de ser ajudado, e não se responsabilizando por ele, seja ele um adulto ou uma criança. Também, orienta que se deve permitir um tempo ao usuário para que responda; recomendando contar até sete ao aguardar a resposta com o objetivo de garantir tempo adequado para o processamento do usuário, como ouvi-lo atentamente e



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

brevemente parafraseando após uma pergunta, tentando manter o nível dos olhos ao do interlocutor quando confortável e apropriado.

No “Manual de convivência – pessoas com deficiência e mobilidade reduzida”, redigido por Ana Claudia Carletto³ para o Instituto Mara Gabrilli, (s/d), encontra-se a recomendação de que ao se aproximar de um surdocego, toque-o levemente na mão para sinalizar a presença ao seu lado, pois, normalmente, as pessoas com surdocegueira andam com um guia-intérprete ao seu lado com intuito de estabelecer a comunicação com outras pessoas e essa intermediação costuma ser útil. (CARLETTO, s/d).

Para as pessoas com surdocegueira moverem-se com segurança são necessárias técnicas de autoproteção, de guia vidente e técnicas de uso de bengalas tanto longa quanto de pré-bengala (BERTOLA; COSTA, 2016). Estas autoras apresentam as técnicas para orientação e mobilidade, as quais são divididas em guia vidente; autoajuda em ambiente interno; técnicas para bengala longa; cão-guia; e ajudas eletrônicas. No caso de guia-vidente (termo usado pelas autoras), assinalam:

[...] o uso correto da técnica oferecerá segurança à pessoa com deficiência visual, uma vez que ao segurar o cotovelo do guia a pessoa sentirá todo o movimento do corpo de seu guia [...] a pessoa com deficiência visual ficará sempre um passo atrás do guia vidente, pois este o protegerá de qualquer imprevisto que possa vir acontecer. (BERTOLA; COSTA, 2016, p. 129).

Como a surdocegueira⁴ não é tratada como deficiência múltipla⁵, a educação dessas pessoas torna-se singular e na biblioteca as atividades requerem um campo de ação também singular. Não há como utilizar as mesmas atividades de leitura de outros tipos de deficiência para usuários com surdocegueira. Porém, ações não tão individualizadas podem transformar o ambiente da biblioteca em um local acessível e agradável a esses usuários, ainda que eles não estejam ainda a frequentá-la. Todavia, as ações devem ser planejadas com os profissionais da biblioteca, antecipando-se na busca

³CARLETTO, Ana Claudia. Por que somos todos iguais. In: GABRILLI, Mara. **Manual de convivência: pessoas com deficiência e mobilidade reduzida**, S/D.

⁴Múltipla deficiência sensorial: deficiência visual e auditiva associadas a outras condições de comportamento e comprometimentos, sejam eles na área física, intelectual ou emocional, e dificuldades de aprendizagem. (BRASIL, 2006, p. 13).

⁵Associação de duas ou mais deficiências. (BRASIL, 2004).



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

de soluções à problemática, ou seja, de se verem diante de uma barreira comunicacional com um usuário surdocego. Acredita-se que as diretrizes da ALA (AMERICAN ..., 2017) e as adaptações propostas por Miles (2005) são contribuições a serem consideradas.

É relevante questionar como tais diretrizes e adaptações poderiam ocorrer na prática, especificamente em espaços de bibliotecas brasileiros, como por exemplo, a comunicação entre o profissional da biblioteca e a pessoa surdocega? Sobre as questões de comunicação, Cambruzzi e Costa (2016a) pontuam a afirmação de Dourado (s/d) de que diversas variáveis geram uma série de peculiaridades únicas em cada pessoa, pois, apesar das diferenças entre elas há um aspecto em comum a todas as pessoas com surdocegueira. Salientam também as diversas formas de comunicação que ocorrem de acordo com as possibilidades dos surdocegos, principalmente devido essa especificidade ser congênita ou adquirida.

Santos e Evaristo (2015) em seu estudo indicam que a linguagem e comunicação eram temas mais explorados nas pesquisas encontradas no Brasil, mostrando que houve avanços, mas muitos desafios a serem enfrentados.

Assim sendo, os profissionais de biblioteca estariam capacitados para deparar-se com uma pessoa com essa deficiência, com a surdocegueira especificamente?

É imperioso pontuar que o profissional de biblioteca encontraria muitas dificuldades para atender com qualidade o usuário com surdocegueira. Nesse sentido, Fonseca *et al* (2014) assinalam, em seu estudo desenvolvido em uma biblioteca universitária, que a equipe de profissionais compreende as diferentes necessidades dos usuários, também conhece a legislação existente para o acesso às pessoas com deficiência e anunciaram estarem abertos às mudanças.

Verifica-se, entretanto, que não somente a barreira comunicacional é um fato nos espaços bibliotecário, mas muitas vezes os recursos e tecnologias não são acessíveis aos usuários, como os recursos ópticos para perto e para longe o que poderia prejudicar, e muito, o atendimento adequado. Nesse quesito, Oliveira, Mani e Lopes (2015) e Cambruzzi e Costa (2016b) indicam que a utilização dos auxílios ópticos deve estar de acordo com as características e necessidades dos indivíduos para que possam ampliar as imagens e sejam percebidas pela retina.



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de se ter adaptações e atividades de leitura específicas para cada caso de usuário surdocego que se apresente na biblioteca. Esse quadro requer aos profissionais da biblioteca competências para lidarem com a situação, por capacitação adequada e empreendendo ações de transformação do ambiente da biblioteca em um local agradável também a esses usuários, o que deve ser antecipado à ocorrência de algum caso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, com este artigo, provocar reflexão sobre uma condição complexa de pessoas com surdocegueira e, espera-se, que ações sejam tomadas em prol delas, tendo em vista que pode haver a possibilidade de que elas não estejam sendo identificadas no censo populacional. As pessoas com surdocegueira têm direitos garantidos à inclusão educacional e social pela legislação brasileira. Essa é uma prerrogativa que deveria ser considerada pelas autoridades para que as leis fossem cumpridas e garantido o acesso adequado dessas pessoas a usarem ambientes públicos com qualidade. O acesso à educação, à acessibilidade informacional e à sociedade dessas pessoas, de fato, somente será possível se gestores públicos se conscientizarem da existência da surdocegueira a atuarem para melhor atendê-los.

Na pesquisa constatou-se um crescente interesse acadêmico pela temática, apesar da existência de poucos trabalhos, se comparado a outras deficiências.

Levantou-se que as bibliotecas têm muito a contribuir para que crianças, jovens e adultos com surdocegueira possam usufruir da acessibilidade informacional. Para isso, os resultados apontam para a necessidade de os profissionais da biblioteca desenvolverem competências necessárias por capacitação adequada e empreendendo ações de transformação do ambiente da biblioteca em um local agradável também a esses usuários, com adaptações e atividades de leitura específicas para cada caso de usuário surdocego que se apresente.



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **People with multiple disabilities**: what you need to know. 2017. Disponível em: <<http://www.ala.org/ascla/resources/tipsheets/multiple-disabilities>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES – BDTD- IBICT. Disponível em: <<http://bddtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 20 nov.2017.

BOSCO, Ismênia Carolina Mota Gomes; MESQUITA, Sandra Regina Stanziani Higino; MAIA, Shirley Rodrigues. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: surdocegueira e deficiência múltipla. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. **Decreto 5. 296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 20 nov.2017.

_____. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_93.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**. Surdocegueira/Múltipla Deficiência Sensorial. Educação Infantil, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdosegueira.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

_____. Planalto. **Lei 13.146, 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BERTOLA, V. C. B.; COSTA, M. P. R. A mobilidade para pessoas com surdocegueira. In: COSTA, Maria da Piedade Resende; RANGNI, Rosemeire de Araujo. (Orgs). **Surdocegueira**: estudos e reflexões. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015. p.127-139.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. **Recursos pedagógicos acessíveis ao aluno com surdocegueira por síndrome de Usher**: um estudo de caso. 2013, 265f (Doutorado). Programa de Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3130/5036.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira; COSTA, Maria da Piedade Resende da. **Surdocegueira, níveis e formas de comunicação**. São Carlos: Edfscar, 2016a.



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

_____. **Surdocegueira por síndrome de Usher: recursos pedagógicos acessíveis**. São Carlos: Edfscar, 2016b.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COSTA, Maria da Piedade Resende; RANGNI, Rosemeire de Araujo. (Orgs). **Surdocegueira: estudos e reflexões**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.

FONSECA, C.C. R. *et al.* A acessibilidade e inclusão em bibliotecas: Um estudo de caso. **SEMINÁRIO NACIONAL DEBILITADAS UNIVERSITÁRIAS**, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61049/000864667.pdf;sequence=1>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

GABRILLI, Mara. **Manual de convivência: pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, S/D**. Disponível em: <http://www.profala.com/manual_web.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

GRUPO BRASIL. **Surdocegueira**. Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e Múltiplo Deficiente. Folheto Informativo, 2003.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LAROUSSE CULTURAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MENDES, E. G. Breve histórico da Educação Especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 57, maio/ago. 2010. Disponível em: <<https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeyp/article/viewFile/9842/904>> Acesso em: 20 nov. 2017.

MILES, Barbara. Literacy for persons who are deaf-blind. **DB-LINK**, Jan. p.1-10, 2005. Disponível em: <<http://documents.nationaldb.org/products/literacy.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

OLIVEIRA, R. F. C.; MANI, E. M. J.; LOPES, S. C. Surdocegueira no ensino superior: experiências de uma monitora desafios e sucessos. In: COSTA, Maria da Piedade Resende; RANGNI, Rosemeire de Araujo. (Orgs). **Surdocegueira: estudos e reflexões**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015. p.79-100.

SANTOS, Keisyani da Silva; EVARISTO, Fabiana Lacerda. Mapeamento da produção científica sobre surdocegueira no Brasil. In: COSTA, Maria da Piedade Resende; RANGNI, Rosemeire de Araujo. (Orgs). **Surdocegueira: estudos e reflexões**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015. p. 11-36.

SANTOS, Marcos Pastana; DINIZ, Cládice Nóbile; SÁ, Nathalia Araujo de. A importância da acessibilidade nas bibliotecas públicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, n. Especial, p.1-11, 2014. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/330>>. Acesso em: 21 nov. 2017.